O Brasil remunera a dívida. Quem financia o futuro?

O país precisa rever seus incentivos econômicos para transformar riqueza financeira em conhecimento, capacidade produtiva e oportunidades para as próximas gerações.

O Brasil aprendeu a mobilizar trilhões de reais para financiar sua dívida pública. Construiu um mercado sofisticado de títulos, que atrai bancos, fundos, investidores estrangeiros e a poupança de milhões de brasileiros. Por que não mobilizamos a mesma capacidade para financiar, de forma duradoura, a transformação produtiva, científica e social do país?

Em setembro de 2026, a Dívida Pública Federal alcançou R$ 9,383 trilhões. Nos doze meses encerrados naquele mês, os juros nominais do setor público consolidado somaram R$ 1,205 trilhão, equivalentes a 8,99% do PIB. Esse indicador abrange encargos financeiros mais amplos do que os juros dos títulos federais e é apurado pelo regime de competência, não correspondendo integralmente a desembolsos imediatos. Ainda assim, a magnitude desses valores expõe uma contradição nas prioridades nacionais: enquanto o país mobiliza recursos expressivos para administrar suas obrigações financeiras, investimentos estratégicos em educação, ciência, tecnologia e infraestrutura continuam sujeitos a descontinuidades e incertezas orçamentárias. Não se trata de opor responsabilidade fiscal ao desenvolvimento, mas de reconhecer que a sustentabilidade das contas públicas depende também da capacidade de construir riqueza futura.

Como se distribuem os ativos financeiros e seus rendimentos na sociedade brasileira? Instituições financeiras, fundos de investimento e entidades de previdência detinham, em conjunto, 76,67% dos títulos da dívida pública federal interna em setembro de 2026. Essas instituições administram recursos de diferentes investidores, inclusive trabalhadores e aposentados. Segundo o World Inequality Report 2026, os 10% mais ricos concentravam 70,1% da riqueza brasileira em 2024, enquanto a metade mais pobre da população detinha apenas 2,4%. O 1% mais rico, sozinho, concentrava 37%. Esses indicadores não permitem identificar diretamente os beneficiários finais dos juros da dívida nem estabelecer sua distribuição entre grupos de renda. Revelam, entretanto, a elevada concentração patrimonial existente no país e reforçam a necessidade de examinar os efeitos distributivos das políticas fiscais, monetárias e tributárias.

A dívida pública cumpre funções econômicas legítimas: financia o Estado, oferece liquidez ao sistema financeiro e constitui referência para o mercado de crédito. Sua trajetória resulta de decisões fiscais acumuladas, das condições de financiamento, da política monetária e do crescimento econômico. Não cabe atribuir aos credores a responsabilidade pelas decisões de endividamento do Estado. A questão é compreender como a combinação de juros elevados, baixo risco e elevada liquidez dos títulos públicos influencia a alocação de recursos e estabelece condições de financiamento que podem desfavorecer o investimento produtivo, sujeito a prazos mais longos e incertezas maiores.

Para o investidor individual, aplicar em títulos públicos pode ser uma escolha perfeitamente racional. Esses investimentos cumprem funções importantes no financiamento do Estado e no funcionamento do sistema financeiro. Entretanto, a persistência de juros elevados pode aumentar o custo do capital, reduzir a atratividade relativa de investimentos produtivos de longo prazo e dificultar a expansão da capacidade produtiva. O paradoxo não está na decisão dos investidores, mas nas condições macroeconômicas que podem tornar mais difícil financiar justamente o investimento, a inovação e o crescimento necessários à sustentabilidade da própria dívida pública.

Conhecemos as consequências de uma economia que perde capacidade de investir. A taxa de investimento caiu de 20,9% do PIB em 2013 para 14,6% em 2017, atravessando a recessão de 2015 e 2016. Em 2025, permanecia em 16,8%. A crise teve múltiplas causas, mas a retração dos investimentos comprometeu a recuperação econômica e a expansão da capacidade produtiva. Em 2015, ano em que o PIB recuou 3,5%, o valor adicionado das atividades financeiras cresceu 14,7% em valores correntes, resultado associado pelo IBGE ao ambiente de juros elevados. Embora os indicadores não sejam diretamente comparáveis, o contraste é revelador: resultados financeiros positivos podem coexistir com retração econômica. Uma nação pode remunerar bem seu patrimônio e, ao mesmo tempo, perder capacidade de criar riqueza nova.

Essa estrutura de incentivos não é uma fatalidade econômica. Resulta também de escolhas políticas sobre tributação, financiamento, prioridades orçamentárias e distribuição dos riscos. Quando o país assegura o cumprimento de suas obrigações financeiras, como deve fazer, mas mantém investimentos estratégicos em educação, ciência e infraestrutura sujeitos à instabilidade orçamentária, evidencia uma assimetria na previsibilidade dos compromissos públicos. A questão é como superar essa assimetria sem comprometer a responsabilidade fiscal, construindo condições duradouras para o desenvolvimento.

O debate fiscal de 2027 torna essa escolha ainda mais urgente. Medidas para estabilizar a dívida e melhorar os resultados primários precisam ser acompanhadas de garantias para os investimentos que sustentam o crescimento futuro. Ampliar mecanismos de contingenciamento sem resguardar adequadamente investimentos estratégicos pode aprofundar a instabilidade do financiamento científico. A revisão de benefícios tributários, por sua vez, deve considerar sua efetividade econômica e social. Responsabilidade fiscal não pode significar apenas capacidade de conter despesas; deve incluir a responsabilidade de preservar e ampliar as capacidades de desenvolvimento do país.

A história também mostra o caminho inverso. A agricultura brasileira foi transformada por décadas de pesquisa pública, formação científica, crédito e investimento produtivo. A produção de grãos passou de aproximadamente 47 milhões de toneladas na safra 1976/77 para mais de 300 milhões de toneladas nos últimos anos. Segundo o Balanço Social de 2025, as tecnologias da Embrapa geraram benefícios econômicos e sociais estimados em R$ 124,76 bilhões, equivalentes a R$ 27,12 para cada real de receita operacional líquida da instituição. Não se trata de rentabilidade financeira comparável à de títulos públicos, mas de

uma demonstração da capacidade do conhecimento de produzir resultados econômicos e sociais duradouros.

Na saúde, a Fiocruz oferece outra evidência. Em 2022, após um processo de transferência e absorção tecnológica, o Brasil passou a produzir nacionalmente o ingrediente farmacêutico ativo da vacina contra a Covid-19. Essa conquista não nasceu durante a emergência sanitária. Resultou de instituições, pesquisadores, infraestrutura e capacidades industriais construídos ao longo de décadas. O investimento científico realizado antes da crise foi decisivo para ampliar a capacidade de resposta do país quando ela chegou.

A Embraer constitui outro exemplo brasileiro. Sua trajetória foi viabilizada pela formação de engenheiros e pela pesquisa desenvolvida em instituições como o ITA e o antigo CTA, articuladas a políticas industriais e financiamento de longo prazo. O resultado foi a consolidação de uma indústria aeronáutica de alta tecnologia, competitiva internacionalmente e geradora de exportações e empregos qualificados.

No exterior, Taiwan demonstra o alcance dessa estratégia. Investimentos públicos em pesquisa, formação tecnológica e desenvolvimento industrial, iniciados décadas atrás, ajudaram a construir uma cadeia de semicondutores de liderança mundial. A criação da TSMC, em 1987, exemplifica como a articulação entre ciência, Estado e empresas pode transformar conhecimento em competitividade econômica duradoura.

O que aproxima essas experiências não é a reprodução de um único modelo econômico, mas a decisão de construir capacidades científicas e tecnológicas antes que seus resultados estivessem assegurados. Países que alcançaram posições estratégicas em setores intensivos em conhecimento não esperaram que o mercado, isoladamente, organizasse todos os investimentos necessários. Combinaram políticas públicas, instituições científicas e iniciativa empresarial em compromissos de longo prazo.

O desafio não é antagonizar investidores nem supor que a redução dos juros resolverá automaticamente nossos problemas. A sustentabilidade da dívida exige responsabilidade fiscal, estabilidade monetária e crescimento econômico, além de uma trajetória de financiamento compatível com a capacidade do Estado. Mas o crescimento duradouro também depende de educação, ciência, infraestrutura, capacidade produtiva e inovação. É necessário construir incentivos que aproximem rentabilidade privada e desenvolvimento nacional, combinando equilíbrio macroeconômico, justiça tributária, financiamento produtivo de longo prazo e investimentos públicos estratégicos.

É aqui que a ciência muda de posição. Num projeto transformador, não pode ser tratada apenas como despesa orçamentária a proteger. Constitui infraestrutura estratégica de desenvolvimento: forma pessoas, reduz incertezas, abre possibilidades tecnológicas e permite enfrentar problemas que o mercado, isoladamente, não consegue resolver. Isso exige financiamento estável da pesquisa básica, das universidades, dos institutos científicos e da formação de pesquisadores. São capacidades construídas ao longo de décadas, cujos

benefícios econômicos e sociais frequentemente ultrapassam o horizonte dos governos e dos investimentos privados.
Um caminho concreto é desenvolver instrumentos de financiamento de longo prazo para pesquisa, desenvolvimento e inovação, capazes de mobilizar bancos, fundos de previdência, investidores institucionais e empresas. O FNDCT, a Finep e os bancos públicos de desenvolvimento devem atuar de forma articulada, respeitando suas competências e os limites legais, para reduzir incertezas tecnológicas e atrair capital privado. Cada instrumento precisa estabelecer responsabilidades claras, compartilhamento transparente de riscos, contrapartidas de investimento e metas públicas verificáveis de pesquisa, formação e agregação de valor. O Estado não deve apenas socializar riscos: deve assegurar que os benefícios do investimento também retornem à sociedade.

Esses recursos devem servir a missões nacionais: fortalecer o complexo econômico-industrial da saúde, desenvolver inteligência artificial, transformar minerais estratégicos em cadeias tecnológicas, promover a descarbonização, impulsionar a bioeconomia, induzir o desenvolvimento social e a redução das desigualdades. E precisam alcançar o Nordeste, a Amazônia e as regiões historicamente menos favorecidas, para que a transformação produtiva também reduza desigualdades territoriais.

O horizonte não pode terminar no próximo orçamento ou mandato. A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2024–2034 estabelece a meta de elevar o investimento brasileiro em pesquisa e desenvolvimento a 2% do PIB até 2034, diante de um patamar próximo de 1,2%. Alcançá-la exige compromisso plurianual, financiamento estável da pesquisa básica, participação empresarial crescente e mecanismos de acompanhamento público. É indispensável que as empresas brasileiras incorporem conhecimento à produção, ampliem seus investimentos em pesquisa e assumam compromissos de inovação de longo prazo. Mais do que uma meta de investimento, os 2% do PIB devem representar um compromisso nacional de transformação produtiva, soberania tecnológica e redução das desigualdades.

O Brasil já provou que sabe mobilizar trilhões para financiar suas obrigações. O desafio desta geração é demonstrar que também somos capazes de mobilizar recursos, inteligência e compromissos para construir o futuro. Uma nação não prospera apenas pela riqueza que remunera, mas pelo conhecimento que produz, pelas capacidades que constrói e pelas oportunidades que oferece ao seu povo.

13 novembro de 2026.

Helena Bonciani Nader - Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Francilene Procópio Garcia - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Subscrevem as Diretorias da ABC e SBPC e Conselheiros da SBPC:
Adalberto Luis Val (Vice-Presidente Regional Norte da ABC)
Aldo José Gorgatti Zarbin (Vice-Preidente da SBPC)

Alvaro Prata (Diretor-Tesoureiro da ABC)
Ana Tereza Ribeiro de Vasconcelos (Secretária da SBPC)
Anderson Stevens Leonidas Gomes (Vice-Presidente Regional Nordeste e Espírito Santo da ABC)
Andrea Mara Macedo (Secretária-Geral da SBPC)
Angela Kaysel Cruz (Conselheira da SBPC)
Avelino Francisco Zorzo (Conselheiro da SBPC)
Carlos Alexandre Netto (Conselheiro da SBPC)
Claudia Moraes de Rezende (Conselheira da SBPC)
Cristina Engel de Alvarez (Conselheira da SBPC)
Débora Foguel (Diretora-Secretária Institucional da ABC)
Eliane Volchan (Conselheira da SBPC)
Emmanuel Zagury Tourinho (Conselheiro da SBPC)
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral (Conselheira da SBPC)
Giselle Zenker Justo (1ª Tesoureira da SBPC)
Glaucius Oliva (Conselheiro da SBPC e Vice-Presidente Regional São Paulo da ABC)
Ildeu de Castro Moreira (Conselheiro e Presidente de Honra da SBPC)
Ivanise Maria Rizzatti (Conselheira da SBPC)
Jailson Bittencourt de Andrade (Vice-Presidente da ABC)
Laila Salmen Espindola (2ª Tesoureira da SBPC)
Ligia Bahia (Conselheira SBPC)
Luciana de Oliveira Dias (Conselheira da SBPC)
Luiz Davidovich (Conselheiro da SBPC)
Luiz Drude de Lacerda (Diretor de Comunicação da ABC)
Marcia Pinheiro Margis (Conselheira da SBPC)
Marcos Assunção Pimenta (Conselheiro da SBPC)
Mariangela Hungria (Conselheira da SBPC e Diretora-Secretária-Geral da ABC)
Marie-Anne Van Sluys (Conselheira da SBPC)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (Secretária da SBPC)
Marimélia Aparecida Porcionatto (Conselheira da SBPC)
Mercedes Maria da Cunha Bustamante (Vice-Presidente Regional Minas Gerais e Centro-Oeste da ABC)
Otavio Guilherme Cardoso Alves Velho (Presidente de Honra da SBPC)
Patricia Torres Bozza (Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro da ABC)
Renato Janine Ribeiro (Conselheiro da SBPC)
Renato Sérgio Balão Cordeiro (Conselheiro da SBPC)
Rosângela Janja Costa Araújo (Conselheira da SBPC)
Ruben George Oliven (Vice-Presidente Regional Sul da ABC)
Rute Maria Gonçalves de Andrade (Conselheira da SBPC)
Samuel Goldemberg (Secretário da SBPC)
Soraya Soubhi Smailli (Vice-Presidente da SBPC)
Vanderlan da Silva Bolzani (Conselheira da SBPC)
Vera Maria Fonseca de Almeida e Val (Conselheira da SBPC)

Com a adesão das seguintes Entidades e Sociedades Científicas:
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Associação Brasileira de Bioinformática e Biologia Computacional (AB3C)
Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação (ABECO)

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)
Associação Brasileira de Cristalografia (ABCr)
Associação Brasileira de Engenharia e Ciências Mecânicas (ABCM)
Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio)
Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECs)
Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR)
Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)
Associação Brasileira de Mutagênese e Genômica Ambiental (Mutagen-Brasil)
Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC)
Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE)
Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)
Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)
Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP)
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ)
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP)
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Teologia e Ciências das Religiões (ANPTECRE)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)
Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)
Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM)
Federação de Arte/Educadores do Brasil (FAEB)
Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE)
Federação Internacional das Associações de Estudantes de Medicina do Brasil (IFMSA Brazil)
Socidade Brasileira de Ornitologia (SBO)
Sociedade Brasileira de Quimica (SBQ)
Sociedade Brasileira de Biociências Nucleares (SBBN)
Sociedade Brasileira de Biofísica (SBBf)
Sociedade Brasileira de Biologia Celular (SBBC)
Sociedade Brasileira de Biomecânica (SBB)
Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq)
Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)
Sociedade Brasileira de Ecotoxicologia (ECOTOX-BRASIL)
Sociedade Brasileira de Eletromagnetismo (SBMAG)
Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica (SBEB)
Sociedade Brasileira de Ensino de Química (SBEnQ)
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)
Sociedade Brasileira de Farmacognosia (SBFGnosia)
Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTe)
Sociedade Brasileira de Física (SBF)
Sociedade Brasileira de Fisiologia (SBFis)

Sociedade Brasileira de Genética (SBG)
Sociedade Brasileira de Geologia (SBG)
Sociedade Brasileira de Geoquímica (SBGq)
Sociedade Brasileira de Herpetologia (SBH)
Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC)
Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI)
Sociedade Brasileira de Lógica (SBL)
Sociedade Brasileira de Mastozoologia (SBMz)
Sociedade Brasileira de Matemática (SBM)
Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional (SBMAC)
Sociedade Brasileira de Micologia (SBMic)
Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento (SBNeC)
Sociedade Brasileira de Ornitologia (SBO)
Sociedade Brasileira de Otica e Fotonica (SBFoton)
Sociedade Brasileira de Paleontologia (SBP)
Sociedade Brasileira de Protozoologia (SBPz)
Sociedade Brasileira de Recursos Genéticos (SBGR)
Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)
Sociedade Brasileira de Virologia (SBV)
Sociedade Brasileira de Zoologia (SBZ)
Sociedade Brasileira dos Especialistas em Resíduos das Produções Agropecuária e Agroindustrial (SBERA)
Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)